

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	3
3. Demonstração do Resultado	5
4. Demonstração do Resultado Abrangente	6
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	7

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	8
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	9
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	10

9. Demonstração de Valor Adicionado	11
-------------------------------------	----

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	12
2. Balanço Patrimonial Passivo	13
3. Demonstração do Resultado	15
4. Demonstração do Resultado Abrangente	16
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	17

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	18
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	19
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	20

9. Demonstração de Valor Adicionado	21
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	53
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
Total	30.925
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
Total	509

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	105.620	107.116	108.379
1.01	Ativo Circulante	15.377	15.534	15.725
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14	14	14
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.197	15.367	15.548
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.197	15.367	15.548
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	166	153	163
1.01.08.03	Outros	166	153	163
1.02	Ativo Não Circulante	90.243	91.582	92.654
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	83.842	85.023	85.938
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.446	45.631	46.651
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	44.446	45.631	46.651
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.396	39.392	39.287
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	39.396	39.392	39.287
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	6.400	6.558	6.715
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.400	6.558	6.715

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	105.620	107.116	108.379
2.01	Passivo Circulante	7.998.226	7.922.993	7.875.711
2.01.02	Fornecedores	22	26	37
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22	26	37
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.404	26.399	26.409
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32	38	32
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26.372	26.361	26.377
2.01.05	Outras Obrigações	7.971.800	7.896.568	7.849.265
2.01.05.02	Outros	7.971.800	7.896.568	7.849.265
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.463.044	6.463.044
2.01.05.02.05	Provisão p/ Passivo a Descoberto em Investidas	1.507.066	1.431.853	1.384.552
2.01.05.02.06	Outras Contas	1.690	1.671	1.669
2.02	Passivo Não Circulante	312.953	304.679	280.622
2.02.02	Outras Obrigações	112.950	110.097	107.032
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.713	2.353	1.993
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	2.713	2.353	1.993
2.02.02.02	Outros	110.237	107.744	105.039
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	110.237	107.744	105.039
2.02.04	Provisões	200.003	194.582	173.590
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	200.003	194.582	173.590
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	191.658	187.065	165.382
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.185	5.304	5.758
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.160	2.213	2.450
2.03	Patrimônio Líquido	-8.205.559	-8.120.556	-8.047.954
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.476.392	-8.391.470	-8.318.949

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.155	5.236	5.317

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.765	2.699	2.716
3.03	Resultado Bruto	2.765	2.699	2.716
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.175	-72.535	-85.369
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-85.175	-72.567	-85.369
3.04.02.01	Gerais	-4.542	-4.274	-4.607
3.04.02.02	Provisão para Contingências Fiscais	-5.420	-20.992	-5.542
3.04.02.03	Provisão para Passivo a descoberto das Investidas	-75.213	-47.301	-75.220
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	32	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-82.410	-69.836	-82.653
3.06	Resultado Financeiro	-2.593	-2.766	-2.720
3.06.01	Receitas Financeiras	4	47	467
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.597	-2.813	-3.187
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-85.003	-72.602	-85.373
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-85.003	-72.602	-85.373
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-85.003	-72.602	-85.373
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,75000	-2,35000	-2,76000
3.99.01.02	PN	-2,75000	-2,35000	-2,76000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-85.003	-72.602	-85.373
4.02	Outros Resultados Abrangentes	81	81	81
4.02.02	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Depreciação	81	81	81
4.03	Resultado Abrangente do Período	-84.922	-72.521	-85.292

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.546	-1.380	-2.706
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	80.791	68.450	79.128
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	157	157	158
6.01.01.03	Provisão para Contingências	5.421	20.992	3.750
6.01.01.04	Provisão para Perdas em Investimentos	75.213	47.301	75.220
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.666	2.772	3.539
6.01.02.01	Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	170	181	202
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	-4	-105	496
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Outros Ativos	-13	10	40
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	-4	-11	17
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Sociais	2.498	2.695	2.970
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Reservas Previdenciárias	0	0	42
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	19	2	-228
6.01.03	Outros	-85.003	-72.602	-85.373
6.01.03.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-85.003	-72.602	-85.373
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.546	1.380	2.720
6.03.01	Partes Relacionadas	1.546	1.380	2.720
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	0	14
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14	14	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14	14	14

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-85.003	0	-85.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.476.392	5.155	-8.205.559

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-72.602	0	-72.602
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.602	0	-72.602
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-85.373	0	-85.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-85.373	0	-85.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	3.048	3.008	2.996
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.048	2.976	2.996
7.01.02	Outras Receitas	0	32	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.924	-2.115	-2.260
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.924	-2.115	-2.260
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.124	893	736
7.04	Retenções	-157	-157	-158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-157	-157	-158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	967	736	578
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-75.209	-47.010	-74.753
7.06.02	Receitas Financeiras	0	47	467
7.06.03	Outros	-75.209	-47.057	-75.220
7.06.03.01	Provisão para Perdas nas Investidas	-75.209	-47.301	-75.220
7.06.03.02	Reversão Provisão Perdas em Investimentos	0	244	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-74.242	-46.274	-74.175
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-74.242	-46.274	-74.175
7.08.01	Pessoal	261	9	235
7.08.01.04	Outros	0	9	235
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.593	21.413	5.726
7.08.02.01	Federais	5.592	21.412	5.724
7.08.02.03	Municipais	1	1	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.907	4.906	5.237
7.08.03.01	Juros	2.597	2.813	3.187
7.08.03.02	Aluguéis	2.310	2.093	2.050
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-85.003	-72.602	-85.373
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-85.003	-72.602	-85.373

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	107.701	104.187	104.865
1.01	Ativo Circulante	30.040	29.229	32.574
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.345	3.497	3.784
1.01.03	Contas a Receber	5.953	4.549	6.272
1.01.03.01	Clientes	5.953	4.549	6.272
1.01.04	Estoques	6.725	5.236	6.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.559	15.738	15.906
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.559	15.738	15.906
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	458	209	307
1.01.08.03	Outros	458	209	307
1.02	Ativo Não Circulante	77.661	74.958	72.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	69.385	66.888	63.635
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	26.499	24.154	21.951
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	26.499	24.154	21.951
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	42.886	42.734	41.684
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	42.886	42.734	41.684
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	8.275	8.069	8.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.275	8.069	8.655

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	107.701	104.187	104.865
2.01	Passivo Circulante	7.057.803	7.050.070	6.987.301
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.056	64.959	3.371
2.01.01.01	Obrigações Sociais	66.788	63.638	1.826
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.268	1.321	1.545
2.01.02	Fornecedores	10.180	7.439	7.365
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.180	7.439	7.365
2.01.03	Obrigações Fiscais	100.269	98.389	97.173
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.629	6.641	6.686
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	93.640	91.748	90.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	7
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	412.125	412.125	412.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.355	42.355	42.355
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.355	42.355	42.355
2.01.04.02	Debêntures	369.770	369.770	369.770
2.01.05	Outras Obrigações	6.467.173	6.467.158	6.467.267
2.01.05.02	Outros	6.467.173	6.467.158	6.467.267
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.463.044	6.463.044
2.01.05.02.13	Outras Contas	4.129	4.114	4.223
2.02	Passivo Não Circulante	1.255.457	1.174.673	1.165.518
2.02.02	Outras Obrigações	125.837	124.016	161.565
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.466	15.486	15.162
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	15.466	15.486	15.162
2.02.02.02	Outros	110.371	108.530	146.403
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	110.371	108.530	146.403
2.02.04	Provisões	1.129.620	1.050.657	1.003.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.129.620	1.050.657	1.003.953
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.118.510	1.040.491	992.464
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.701	7.737	8.133

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.409	2.429	3.356
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-8.205.559	-8.120.556	-8.047.954
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.476.392	-8.391.470	-8.318.949
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.155	5.236	5.317

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.600	51.783	53.649
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.401	-24.958	-26.821
3.03	Resultado Bruto	25.199	26.825	26.828
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-103.228	-77.105	-105.535
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.101	-12.964	-13.138
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.906	-60.619	-92.215
3.04.02.01	Despesas Gerais	-11.928	-13.915	-15.773
3.04.02.02	Provisão para contingências fiscais	-78.978	-46.704	-76.442
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	779	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-3.522	-182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-78.029	-50.280	-78.707
3.06	Resultado Financeiro	-6.974	-22.322	-6.666
3.06.01	Receitas Financeiras	32	114	1.949
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.006	-22.436	-8.615
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-85.003	-72.602	-85.373
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-85.003	-72.602	-85.373
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-85.003	-72.602	-85.373
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-85.003	-72.602	-85.373
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,75000	-2,35000	-2,76000
3.99.01.02	PN	2,75000	-2,35000	-2,76000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-85.003	-72.602	-85.373
4.02	Outros Resultados Abrangentes	81	81	81
4.02.01	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial	81	81	81
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-84.922	-72.521	-85.292
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-84.922	-72.521	-85.292

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.247	1.877	-3.919
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	79.791	47.575	76.043
6.01.01.04	Provisão para contingências	78.962	46.704	74.993
6.01.01.05	Depreciação e amortização	829	871	1.050
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.459	26.904	5.411
6.01.02.01	Aumento (Redução) nos Impostos a Recuperar	179	168	173
6.01.02.02	Aumento (Redução) no Contas a Receber	-1.404	1.723	12
6.01.02.03	Aumento (Redução) nos Estoques	-1.489	1.069	-1.157
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	-152	-1.050	283
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outros Ativos	-249	98	11
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	2.741	74	2.000
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Sociais	6.818	24.931	4.274
6.01.02.09	Aumento (Redução) Reservas Previdenciárias	0	0	42
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	15	-109	-227
6.01.03	Outros	-85.003	-72.602	-85.373
6.01.03.01	Prejuízo Líquido	-85.003	-72.602	-85.373
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.035	-285	67
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-1.036	-285	-116
6.02.02	Baixa de Imobilizado	1	0	183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.364	-1.879	26
6.03.01	Partes Relacionadas	-2.364	-1.879	26
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.152	-287	-3.826
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.497	3.784	7.610
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.345	3.497	3.784

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556	0	-8.120.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556	0	-8.120.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-85.003	0	-85.003	0	-85.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-85.003	0	-85.003	0	-85.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.476.392	5.155	-8.205.559	0	-8.205.559

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954	0	-8.047.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954	0	-8.047.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-72.602	0	-72.602	0	-72.602
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.602	0	-72.602	0	-72.602
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.391.470	5.236	-8.120.556	0	-8.120.556

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581	0	-7.962.581
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581	0	-7.962.581
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-85.373	0	-85.373	0	-85.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-85.373	0	-85.373	0	-85.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	81	-81	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.318.949	5.317	-8.047.954	0	-8.047.954

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	54.225	58.886	63.001
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.446	58.854	62.948
7.01.02	Outras Receitas	779	32	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	53
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.710	-37.546	-36.970
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.401	-24.958	-26.821
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.309	-12.588	-10.149
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.515	21.340	26.031
7.04	Retenções	-829	-871	-1.050
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-829	-871	-1.050
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.686	20.469	24.981
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32	114	1.949
7.06.02	Receitas Financeiras	32	114	1.949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.718	20.583	26.930
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.718	20.583	26.930
7.08.01	Pessoal	9.355	9.903	10.815
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.787	8.688	9.275
7.08.01.02	Benefícios	793	680	753
7.08.01.03	F.G.T.S.	476	526	549
7.08.01.04	Outros	299	9	238
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	87.018	55.185	87.300
7.08.02.01	Federais	83.575	51.652	83.210
7.08.02.02	Estaduais	3.440	3.531	4.088
7.08.02.03	Municipais	3	2	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.348	28.097	14.188
7.08.03.01	Juros	7.007	22.436	8.615
7.08.03.02	Aluguéis	5.341	5.661	5.573
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-85.003	-72.602	-85.373
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-85.003	-72.602	-85.373

Relatório da Administração/comentário do Desempenho***KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A – em recuperação judicial******RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO***

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação de Lojas Arapuã S/A, apresenta as demonstrações financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2.019

Desempenho Operacional

A atividade operacional preponderante da Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (“Companhia”), na atualidade, é a locação de imóveis.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta	3.048	2.976
Lucro bruto	2.765	2.699
Despesas administrativas gerais	(4.542)	(4.274)
Resultado financeiro	(2.593)	(2.766)
Outras receitas (despesas)	-	32
Resultado operacional	<u>(4.370)</u>	<u>(4.309)</u>
Provisão para perdas em controladas	(75.213)	(47.301)
Provisões Contingências Fiscais	(5.420)	(20.992)
Prejuízo do exercício	<u>(85.003)</u>	<u>(72.602)</u>

Controlada - Novelty Modas S/A

A Novelty Modas S/A foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Comércio de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos Administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Em março de 2008 a Novelty Modas S/A passou a explorar o mercado de vestuário / modas voltado ao público feminino, masculino e infanto-juvenil, com 11 lojas localizadas no estado de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas**.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Desempenho operacional**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta	55.930	61.691
Lucro bruto	24.747	26.240
Despesas administrativas gerais	(7.256)	(9.483)
Despesas comerciais	(15.389)	(15.036)
Outras receitas (despesas)	779	(3.557)
Resultado Financeiro	<u>(4.391)</u>	<u>(19.573)</u>
Resultado operacional	(1.510)	(21.409)
Provisões	<u>(73.542)</u>	<u>(25.468)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(75.052)</u>	<u>(46.877)</u>

Recursos Humanos

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Novelty Modas S/A apresentou um total de 246 colaboradores dos quais 28 estão na Administração e 218 nas Lojas.

Relacionamento com Auditores Externos

A política da Companhia junto aos seus Auditores Independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do Auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o Auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o exercício findo em 31/12/2019, a Conatus Auditores Independentes S.S. não realizou outros serviços que não fosse a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias.

Declaração dos Diretores

Em observância à Instrução CVM nº 480/09 art. 25 – inc. V e VI os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 06 de março de 2020

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

A Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (“Kosmos” ou “Companhia”), fundada em 05/12/1994, é uma empresa brasileira, com sede na Rua Sergipe, nº475, 9º andar, sala 905, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

1.1. Processo de Recuperação Judicial

Processo de Recuperação Judicial

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3.229, 10º andar, conjunto 1001, SP. Em 16/12/2011, foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, por maioria, o plano de recuperação judicial.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, concedendo, assim, a recuperação judicial da Companhia. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e foi à conclusão da relatora, Ministra Maria Isabel Gallotti em 09/09/2014.

No STJ, o Recurso Especial 1267282/SP, interposto pelo Ministério Público e pela credora Primafer INC S.A. contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que permitiu o processamento da recuperação judicial da Companhia, foi incluído na pauta de julgamento de 07/12/17. A Companhia requereu o adiamento do julgamento, o que foi acolhido. Ato contínuo, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso especial. Foi designada nova pauta de julgamento para o dia 04.06.19, sendo que, após o voto da Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti para dar provimento ao recurso, o Ministro Luis Felipe Salomão requereu vista dos autos. Retomado o julgamento, o Ministro Luis Felipe Salomão votou pelo desprovimento do recurso, a fim de reconhecer o direito da companhia ao processamento da recuperação judicial. Na sequência, o Ministro Antônio Carlos Ferreira requereu vista dos autos. Atualmente os autos encontram-se conclusos com o Min. Antônio Carlos Ferreira.

Notas Explicativas

Em 19/03/2012 foi autorizado judicialmente a realização dos leilões para venda de alguns imóveis previstos no plano. Posteriormente foi requerida nova autorização para continuidade dos leilões e assim as hastas públicas ocorreram em 04/07/2012, 27/01, 28/01, 17/04, 09/06, 03/07, 12/08 e 12/11 do ano de 2014, 31/03, 29/10 e 17/12 do ano de 2015. Foi peticionado para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas; e, com exceção de eventuais processos pendentes de decisão judicial, os demais foram pagos, ocorrendo a última prestação de contas em junho de 2019. Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários, a Companhia requereu o levantamento dos valores e, assim, foi arrecadado R\$ 14.556.

Antes mesmo do último levantamento de valor destinado aos credores quirografários, e para evitar maior demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição do valor levantado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos via imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido plano de recuperação judicial.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, foram realizados pagamentos no valor de R\$ 12.622 equivalentes ao percentual de 86,71% aos credores quirografários, correspondente à totalidade dos credores dessa classe que informaram seus dados bancários para pagamento até a presente data.

Ressaltamos que os pagamentos não ocorreram em sua totalidade, em função de credores que não se apresentaram para receber sua quota, apesar dos diversos editais publicados.

Cumprir informar, por fim, que a Companhia apresentou sua última prestação de contas e requereu o encerramento da recuperação judicial no dia 07/12/17. Antes da decisão acerca do cumprimento dos termos do plano de recuperação judicial, a Ministra Maria Isabel Gallotti, nos autos do Recurso Especial 1267282/SP, concedeu liminar, impedindo que se determine o encerramento da recuperação judicial. Contra essa decisão, foi interposto agravo interno, cujo julgamento foi iniciado em 04.06.19, conforme explicado acima. No momento, em razão da referida liminar, o processo em 1º grau encontra-se paralisado no tocante à discussão quanto ao cumprimento do plano de recuperação. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 apresentaram o capital circulante líquido negativo no montante de R\$7.982.849 e R\$7.027.763, respectivamente (R\$7.907.459 e R\$7.020.841, em 31 de dezembro de 2018 respectivamente), decorrente do processo de recuperação judicial. A Administração da Companhia acredita que as medidas em curso de cumprimento ao plano de recuperação judicial trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards board (IASB).

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até 06 de março de 2020, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.1.4 Uso de estimativa e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, instrumentos financeiros, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as empresas consolidadas são as seguintes:

Notas Explicativas

Investidas	% de participação	
	2019	2018
Bantan Serviços de Adm. de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%
Novelty Modas S/A	100%	100%
Feniciapar S/A	100%	100%
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%

Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda., constituída em 15/12/1995. Em 17/04/2007, foi alterada sua natureza jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins; e
- Administração de contas a pagar e receber.

Novelty Modas S/A, constituída em 17/12/1998, tendo como principal atividade, o comércio varejista de roupas.

Feniciapar S/A, constituída em 03 de janeiro de 1994, e tem por objeto social:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda., constituída em 27/03/2006, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança e administração de contas a pagar e receber.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais políticas contábeis

A Administração da Companhia e suas Controladas aplicaram as políticas contábeis abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2018 descritas nas notas explicativas nº 3. As políticas contábeis mais relevantes adotadas pela Companhia são:

a) Resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

b) Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

d) Instrumentos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são (i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros a custo amortizado; (iii) Instrumentos de dívida ao valor justo por

Notas Explicativas

meio de outros resultados abrangentes e (iv) Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são: (i) mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

f) Estoques

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

g) Investimentos

Os investimentos permanentes em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados

Notas Explicativas

comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

i) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Companhia e suas controladas avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Provisão para contingências

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

l) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Companhia e suas controladas não praticam transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Administração da Companhia e suas controladas apresentam os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às Companhias de capital aberto.

Notas Explicativas

o) Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB cuja aplicabilidade entrou em vigência a partir do início de 2019, conforme descrito a seguir:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
CPC 06 (R2)	IFRS 16	Arrendamento Mercantil	1º. de janeiro 2019
ICPC 22	IFRIC 23	Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	1º. de janeiro 2019

(a) IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos)

O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; e
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Administração procedeu na avaliação de 100% de seus contratos a fim de identificar a existência de arrendamentos que devessem ter o reconhecimento amparados da norma e concluiu que não há impactos ou necessidade de divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação da norma, devido em 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 todos os arrendamentos da Companhia possuem valor anual não relevante e/ou possuem valores mensais variáveis de acordo com o faturamento das lojas, não havendo por parte da Administração uma estimativa real para contabilização dos arrendamentos.

(b) ICPC 22 - “Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro”, equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 “Impostos sobre rendimento” quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores dos

Notas Explicativas

ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 está em vigor desde 1º de janeiro de 2019, e com base na avaliação efetuada pela Administração conclui que não há impactos ou necessidade de divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação da norma, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidade em moeda nacional	14	14	1.341	2.485
Títulos e valores mobiliários	-	-	4	1.012
Total	14	14	1.345	3.497

5. Contas a receber de clientes

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de crediariastas	71.554	71.554	173.949	172.545
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa	(71.554)	(71.554)	(167.996)	(167.996)
Total	-	-	5.953	4.549

Em 31 de dezembro de 2019 há provisão para perdas com recebíveis na controladora no montante de R\$ 71.554 e no consolidado de R\$ 167.996, devido à difícil realização. O valor em aberto apresentado nas contas a receber em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 5.953 (R\$ 4.549 em 31/12/18) refere-se à controlada Novelty Modas S/A com operadoras de cartões de crédito. A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(71.554)	(71.554)	(167.996)	(167.996)
Reversão parcial provisão perdas recebíveis	-	-	-	-
Saldo final	(71.554)	(71.554)	(167.996)	(167.996)

Notas Explicativas

A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

6. Estoques

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Mercadoria para revenda	6.631	5.231
Adiantamento a fornecedores	94	5
Total	6.725	5.236

Os Estoques para revenda são avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 em relação às operações continuadas foi de R\$ 21.401 (R\$ 24.958 em 31 de dezembro 2018).

A Administração da Companhia espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 (doze) meses.

7. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS - acréscimos financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	160	160
Provisão Perdas INSS	-	-	(160)	(160)
Impostos Federais	-	-	1.965	1.947
Provisão impostos federais	-	-	(2.724)	(2.708)
Pis	8.728	8.758	9.233	9.262
Cofins	6.468	6.607	7.085	7.225
Outros	1	2	-	12
Total	15.197	15.367	15.559	15.738

A rubrica contábil de Impostos Federais refere-se ao saldo de antecipação IRPJ/CSLL até o exercício de 1998 não utilizados em função de a Companhia Controladora e algumas investidas estarem sem movimentação operacional, tributos estes já requeridos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) a restituição.

Notas Explicativas

As rubricas contábeis de Pis e Cofins referem-se a créditos substancialmente originários de exercícios anteriores, não utilizados pela Companhia Controladora e suas investidas, no entanto a administração já solicitou a restituição junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

8. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Arrematação de Imóveis	27.715	27.715	27.715	27.715
Depósitos Restituíveis	4.990	4.990	5.389	5.389
Depósito Judicial - Hasta Pública	6.351	6.351	6.351	6.351
Depósitos para Garantia de Embargos	1.913	1.913	2.091	2.091
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(1.913)	(1.913)	(1.913)	(1.913)
Produtos dados em Penhora	-	-	101	101
Provisão para Perdas Produtos dados Penhora	-	-	(101)	(101)
Bloqueios Judiciais	340	336	3.253	3.101
Total	39.396	39.392	42.886	42.734

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27/01, 28/01, 17/04, 09/06, 03/07, 12/08, 12/11 do ano de 2014 e 31/03, 29/10 e 17/12 do ano de 2015, totalizando R\$ 67.649, dos quais R\$ 39.934 foram liberados para pagamentos dos processos. A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	39.392	39.287	42.734	41.684
(+) Adições	4	105	152	1.050
Saldo final	39.396	39.392	42.886	42.734

9. Investimentos

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a movimentação da participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

	Novelty Modas S.A	Bantan Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda.	Feniciapar S.A	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	157.170
Quant. Ações e quotas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	-
Participação %	100	100	100	100	-
Passivo a descoberto em 31/12/2019	<u>(1.124.664)</u>	<u>(2.215)</u>	<u>(2.351)</u>	<u>(418.521)</u>	<u>(1.547.751)</u>
Prejuízo em 31/12/2019	<u>(75.052)</u>	<u>(41)</u>	<u>(46)</u>	<u>(74)</u>	<u>(75.213)</u>

	31/12/2019			
	Novelty Modas S/A.	Bantan Adm. Créd. Cobr.	Samaro Adm. Créd. Cobr.	Feniciapar S.A.
Ativo				
. Circulante	12.864	128	3	0
. Não Circulante	9.126	204.466	4.798	32
Total	<u>21.990</u>	<u>204.594</u>	<u>4.801</u>	<u>32</u>
Passivo				
. Circulante	148.078	649	798	418.554
. Não Circulante	998.576	206.160	6.354	-
Patrimônio líquido	<u>(1.124.664)</u>	<u>(2.215)</u>	<u>(2.351)</u>	<u>(418.522)</u>
Total	<u>21.990</u>	<u>204.594</u>	<u>4.801</u>	<u>32</u>
Resultado	<u>(75.052)</u>	<u>(41)</u>	<u>(46)</u>	<u>(74)</u>
Reversão Participação Minoritários				
Total				

	31/12/2018			
	Novelty Modas S/A.	Bantan Adm. Créd. Cobr.	Samaro Adm. Créd. Cobr.	Feniciapar S.A.
Ativo				
. Circulante	10.037	17	3	15
. Não Circulante	6.657	204.419	4.788	93
Total	<u>16.694</u>	<u>204.436</u>	<u>4.791</u>	<u>108</u>
Passivo				
. Circulante	140.365	616	758	418.555
. Não Circulante	925.942	205.994	6.338	-
. Patrimônio líquido	<u>(1.049.613)</u>	<u>(2.174)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>(418.447)</u>
Total	<u>16.694</u>	<u>204.436</u>	<u>4.791</u>	<u>108</u>
Resultado	<u>(46.877)</u>	<u>(61)</u>	<u>(31)</u>	<u>(88)</u>

Notas Explicativas

10. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Controladora					
		2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	3.847	-	3.847	3.847	-	3.847
Edifícios	4	5.227	(2.674)	2.553	5.227	(2.516)	2.711
Total		9.074	(2.674)	6.400	9.074	(2.516)	6.558

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Consolidado					
		2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	3.847	-	3.847	3.847	-	3.847
Edifícios	4	5.227	(2.674)	2.553	5.227	(2.516)	2.711
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	4.815	(3.756)	1.059	4.163	(3.265)	898
Móveis e utensílios	10	1.670	(1.129)	541	1.447	(1.051)	396
Equipamentos de informática	20	1.485	(1.255)	230	1.382	(1.165)	217
Instalações	(*)	20	(7)	13	28	(28)	-
Licença uso Software	20	36	(4)	32	-	-	-
Total		17.100	(8.825)	8.275	16.094	(8.025)	8.069

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Movimentação das baixas do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/18	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/19
Terrenos	3.847	-	-	-	3.847
Edifícios	2.711	-	-	(158)	2.553
Total	6.558	-	-	(158)	6.400

Descrição	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/18	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/19
Terrenos	3.847	-	-	-	3.847
Edifícios	2.711	-	-	(158)	2.553
Benfeitorias em imóveis de terceiros	898	652	-	(491)	1.059
Móveis e utensílios	398	234	(4)	(85)	543
Equipamentos de informática	215	94	3	(84)	228
Instalações	-	20	-	(7)	13
Licença uso software	-	36	-	(4)	32
Total	8.069	1.036	(1)	(829)	8.275

Notas Explicativas**11. Empréstimos e financiamentos**

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Eurobonds	42.355	42.355
Total	42.355	42.355

Representam obrigação da controlada Feniciapar S.A. com West Merchant Bank Limids referente à captação no exterior por meio de emissão de EUROBONDS, com vencimento inicial previsto para o ano de 2005, com taxa de juros de 9,50% a.a., antes da concordata de Kosmos Comércio de Vestuário S/A., os referidos empréstimos tiveram seus vencimentos antecipados por ocasião da concordata requerida pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (controladora e garantidora dos direitos creditórios). Em conjunto com os debenturistas, foi definido que os juros do empréstimo passariam a ser de 8,825% ao ano, além da variação cambial do dólar norte-americano, calculados até 31 de dezembro de 2014.

Os valores provisionados incluem imposto de renda retido na fonte de 27,5% sobre os juros a serem remetidos ao exterior.

Considerando que esta operação está garantida com direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos estes que foram devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado. Os valores registrados estão refletindo adequadamente a obrigação da Companhia.

12. Debêntures (Consolidado)

Descrição	2019			2018	
	1ª emissão		3ª emissão	Total	Total
	1ª série	2ª série	Série única		
Debêntures	85.896	122.512	161.272	369.770	369.770
Total	85.896	122.512	161.272	369.770	369.770

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Notas Explicativas

Dezembro de 2019	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
Total			369.770
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa - ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa - ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa - ANBID

As debêntures estão atualizadas até 31/12/2014 pelos critérios de remuneração estabelecidos nas escrituras públicas.

Considerando que as debêntures são garantidas por direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos esses que estão devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado a partir de janeiro de 2015. Os valores registrados estão refletindo adequadamente as obrigações da Companhia.

13. Obrigações com credores quirografários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores mercadorias	5.406.157	5.406.157	5.406.157	5.406.157
Fornecedores no exterior	15.753	15.753	15.753	15.753
Debêntures	748.607	748.607	748.607	748.607
Financiamento no País - capital de giro	288.474	288.474	288.474	288.474
Outras contas à pagar	4.053	4.053	4.053	4.053
Total	6.463.044	6.463.044	6.463.044	6.463.044

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a empresa requereu o levantamento dos valores e, assim, foi arrecadado R\$ 14.556. Antes mesmo do último levantamento do valor destinado aos credores quirografários, e para evitar maior demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição do valor levantado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos pela imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido Plano.

Até a data em que a Companhia aprovou estas demonstrações contábeis, foram pagos o montante de R\$ 12.622 equivalentes ao percentual de 86,71% do total dos valores devidos.

Desde 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária. Contudo, considerando que a Companhia ainda não realizou todos os pagamentos previstos no Plano de Recuperação Judicial, conforme descrito acima, a Administração optou por não efetuar os ajustes contábeis dos passivos quirografários previsto no Plano. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando considerar cumpridas suas obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

14. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
REFIS (a)	110.237	107.744	110.371	108.530
ICMS (b)	26.186	26.119	93.180	91.177
ICMS - parcelado	181	242	458	571
IRRF	32	31	188	189
IR Euronotes	-	-	6.429	6.429
ISS	-	-	1	-
Outras obrigações	5	7	13	23
Total	136.641	134.143	210.640	206.919
Circulante	26.404	26.399	100.269	98.389
Não circulante	110.237	107.744	110.371	108.530
Total	136.641	134.143	210.640	206.919

(a) REFIS: A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal.

Notas Explicativas

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº 2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgando improcedente a ação.

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Está sendo aguardado o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário:

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;
- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 3.014;
- Total do valor a pagar do REFIS em 31 de dezembro de 2019: R\$ 110.237;
- Valor presente da dívida em 31 de dezembro de 2019: R\$ 831; e
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 4,40% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais Refis, no montante de R\$ 94.317 e na rubrica Obrigações Fiscais Refis, no montante de R\$ 66.514, descrita na nota explicativa nº 17.

(b) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

15. Provisão para passivo a descoberto em investidas

	31/12/2019					Total
	Novelty Modas S/A.	Bantan Adm. Créd. Cobr.	Samaro Adm. Créd. Cobr.	Feniciapar S.A.	Mútuo c/ Novelty Modas	
Patrimônio líquido	(1.124.664)	(2.215)	(2.351)	(418.522)	40.686	(1.507.066)

	31/12/2018					Total
	Novelty Modas S/A.	Bantan Adm. Créd. Cobr.	Samaro Adm. Créd. Cobr.	Feniciapar S.A.	Participação de minoritários (Mútuo)	
Patrimônio líquido	(1.049.613)	(2.174)	(2.305)	(418.447)	40.686	(1.431.853)

Notas Explicativas**16. Partes relacionadas**

Em concordância com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), a Companhia efetua operações com empresas ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo Não Circulante				
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	205.994	205.994	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	4.146	4.146	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	40.685	40.685	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	4.818	4.809	-	-
Novelty Modas S/A - uso de imóveis	1.839	1.817	-	-
Novelty Modas S/A - outros	11.689	11.689	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	1.018	425
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	9.332	10.610	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	12.622	12.560	216.823	216.763
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	12.159	11.855
Monções Com. Vestuário e Adm. Bens Ltda	-	-	632	472
Monções Com. Vestuário e Adm. Bens Ltda - Dep. trânsito	-	-	1.761	533
Provisão para perdas com créditos em controladas	(246.679)	(246.679)	(205.994)	(205.994)
Total	44.446	45.631	26.499	24.154
Passivo Não Circulante				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	11.912	12.087
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	2.713	2.353	2.713	2.353
FL Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	788	993
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
Total	2.713	2.353	15.466	15.486
Resultado				
Receitas de Serviços				
Novelty Modas S/A	24	38	-	-
Total	24	38	-	-
Receitas de Aluguel				
Novelty Modas S/A	2.288	2.072	-	-
Total	2.288	2.072	-	-
Despesas com Serviços				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	(4)	(6)	-	-
Total	(4)	(6)	-	-

Notas Explicativas

Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda

Em 31/12/2019 a Companhia possuía valores a receber da controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 205.994 (R\$ 205.994 em 31/12/2018), referentes a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998, com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Considerando que a Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

Simeira Comércio e Indústria Ltda.

Essa dívida poderá ser quitada futuramente via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítima de mercado.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valores a receber em 31/12/2019 de R\$ 4.146 e (R\$ 4.146 em 31/12/2018), decorrentes do contrato de mútuo firmado em 31/05/2012 com vencimento indeterminado, com juros de 0,80% ao mês.

Angélica Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valor a receber em 31/12/2019 de R\$ 9.332 e (R\$ 10.610 em 31/12/2018) decorrente do contrato de mútuo firmado em 26/01/2016 com vencimento indeterminado, com juros de 0,80% ao mês.

Novelty Modas S/A – Aluguel

Valor a pagar em 31/12/2019 R\$ 1.839 (R\$ 1.817 em 31/12/2018) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e Uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999

As despesas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Kosmos Comércio de Vestuário S/A totalizando em 31/12/2019 o montante de R\$ 3.288 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2018).

Mútuo

Em 31/12/2019 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 31/12/2018) referente a saldo do contrato de mútuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008, 01/12/2012 e 01/12/2016, com vencimento em 31/12/2020, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

Notas Explicativas**Provisão para perdas com créditos em controladas**

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	205.994	205.994	205.994	205.994
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Total	246.679	246.679	205.994	205.994

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 a 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Remuneração da administração

Os administradores da Controlada Novelty Modas S/A receberam, até 31/12/2019, o montante de R\$ 202 (R\$ 609 em 31/12/2018).

Até 31 de dezembro de 2019 não houve pagamento de benefícios a Diretores e Administradores da Controladora e demais controladas. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração.

17. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas**Controladora**

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 200.003 (R\$ 194.582 em 31 de dezembro de 2018) e ainda, com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 62.512 como possível perda (R\$ 63.613 em 31 de dezembro de 2018).

Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 1.129.620 (R\$ 1.050.657 em 31 de dezembro de 2018) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 111.489, como possível perda (R\$ 164.212 em 31 de dezembro de 2018).

17.1. Provisões

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	191.658	187.065	1.118.510	1.040.491
Trabalhistas	5.185	5.304	7.701	7.737
Civil	3.160	2.213	3.409	2.429

Notas Explicativas**17.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas****Dezembro de 2019**

Tributárias	2019					
	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	86.412	8.156	94.568	718.264	10.137	728.401
Cofins	32.342	6.984	39.326	261.307	11.289	272.596
Pis	20.441	3.486	23.927	68.228	4.435	72.663
INSS	15.451	-	15.451	15.508	-	15.508
CSLL	5.789	-	5.789	5.789	-	5.789
FGTS	228	-	228	10.430	-	10.430
Outros	30.995	38.849	69.844	38.984	78.539	117.523
Total	191.658	57.475	249.133	1.118.510	104.400	1.222.910
Cíveis	3.160	5.037	8.197	3.409	7.089	10.498
Trabalhistas	5.185	0	5.185	7.701	0	7.701
Total	200.003	62.512	262.515	1.129.620	111.489	1.241.109

Dezembro de 2018

Tributárias	2018					
	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	84.500	9.051	93.551	640.289	33.607	673.896
COFINS	32.068	6.908	38.976	271.130	18.684	289.814
PIS	19.648	3.857	23.505	66.733	7.500	74.233
INSS	15.278	-	15.278	10.101	24.674	34.775
CSLL	5.781	-	5.781	5.781	626	6.407
FGTS	223	-	223	9.862	-	9.862
OUTROS	29.567	39.000	68.567	36.595	70.030	106.625
Total	187.065	58.816	245.881	1.040.491	155.121	1.195.612
Cíveis	2.213	4.747	6.960	2.429	8.774	11.203
Trabalhistas	5.304	50	5.354	7.737	317	8.054
Total	194.582	63.613	258.195	1.050.657	164.212	1.214.869

Notas Explicativas**17.3.Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Kosmos Comércio de Vestuário S/A tem a responsabilidade sobre suas contingências trabalhistas, previdenciárias, tributárias e cíveis. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 229.567 (R\$ 221.426 em 31 de dezembro de 2018). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidados da Companhia.

Descrição	Controladora					Saldo em 31/12/19
	Saldo em 31/12/18	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	
Tributárias	187.065	913	3.769	-	(89)	191.658
Trabalhistas	5.304	-	(119)	-	-	5.185
Cíveis	2.213	-	947	-	-	3.160
Total	194.582	913	4.597	-	(89)	200.003

Descrição	Consolidado					Saldo em 31/12/19
	Saldo em 31/12/18	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	
Tributárias	1.040.491	47.851	53.563	-	(23.395)	1.118.510
Trabalhistas	7.736	-	(35)	-	-	7.701
Cíveis	2.430	-	979	-	-	3.409
Total	1.050.657	47.851	54.507	-	(23.395)	1.129.620

Notas Explicativas

18. Passivo a Descoberto

Capital social

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Controladora		CONSOLIDADO	
	2019		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	52,01
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	47,99
Total	30.925.656.678	100,00	30.925.656.678	100,00

Atualmente as ações ordinárias e as ações preferenciais possuem direitos iguais de voto nas deliberações das assembleias gerais.

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão da Kosmos Comércio de Vestuário S/A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I.

Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações em circulação, uma vez que as ações ordinárias e preferenciais possuem atualmente direitos iguais. A Companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ações em circulação	30.925.657	30.925.657	30.925.657	30.925.657
Prejuízo do exercício	(85.003)	(72.602)	(85.003)	(72.602)
Prejuízo diluído por ação R\$	(0,0027)	(0,0023)	(0,0027)	(0,0023)

A Companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

Notas Explicativas

Reserva de capital

A Reserva de Capital é representada principalmente pelos incentivos fiscais adquiridos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM sobre o IRPJ e CSLL.

Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração de Kosmos e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10, somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática de custo atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

Descrição	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Terrenos	15.319	15.319
Edifícios	10.060	10.060
Total	25.379	25.379
Realização do Ajuste Acumulado	(20.224)	(20.143)
Saldos	5.155	5.236

Dividendos obrigatórios

Em função do passivo a descoberto apresentado pela Companhia e suas Controladas, não foram distribuídos dividendos aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social.

Notas Explicativas**19. Receita operacional líquida**

Receita operacional	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias	-	-	55.914	61.691
Serviços	24	38	5	-
Aluguel	3.024	2.938	752	866
Devoluções	-	-	(3.197)	(3.525)
Descontos incondicionais	-	-	(28)	(178)
Total	3.048	2.976	53.446	58.854
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(283)	(277)	(6.846)	(7.071)
Receita Líquida de impostos	2.765	2.699	46.600	51.783

20. Despesas administrativas e gerais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal	(261)	(9)	(4.235)	(4.874)
Aluguel	(2.310)	(2.093)	(2.876)	(2.803)
Serviços profissionais	(1.436)	(1.618)	(3.134)	(4.085)
Tributos	(43)	(128)	(187)	(316)
Depreciação/amortização	(157)	(157)	(235)	(193)
Outras	(335)	(269)	(1.262)	(1.644)
Total	(4.542)	(4.274)	(11.929)	(13.915)
Provisões / Reversões Contingências				
Fiscais	(4.592)	(21.683)	(78.033)	(48.027)
Trabalhistas	119	453	35	397
Cíveis	(947)	238	(980)	926
Total	(5.420)	(20.992)	(78.978)	(46.704)

Notas Explicativas**21. Despesas comerciais**

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Pessoal	(6.804)	(6.968)
Aluguel	(2.407)	(2.858)
Depreciação/amortização	(593)	(678)
Marketing	(935)	(474)
Serviços profissionais	(700)	(614)
Utilidades e serviços	(799)	(693)
Tributos	(274)	(252)
Despesas gerais	(590)	(427)
Total	(13.102)	(12.964)

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(2.529)	(2.741)	(2.529)	(2.741)
Juros	(67)	(70)	(2.900)	(13.169)
Multas	-	(1)	(485)	(5.117)
Outras	(1)	(1)	(1.092)	(1.409)
Total	(2.597)	(2.813)	(7.006)	(22.436)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros	4	47	28	108
Aplicações Financeiras	-	-	4	5
Outras	-	-	-	1
Total	4	47	32	114

Notas Explicativas

23. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de maio de 1997, a Kosmos emitiu com data base de 01 de abril de 1997, 100.000 debêntures nominais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 12.

24. Instrumentos financeiros

Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. Os critérios de avaliação contábil dos instrumentos financeiros apresentados nestas demonstrações não divergem, significativamente, dos seus valores de mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro 2019 e 31 de dezembro de 2018.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e suas controladas gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4).

(ii) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de

Notas Explicativas

juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 4)
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 16)
- Fornecedores
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)
- Debêntures (nota explicativa nº 12)
- Obrigações com Credores quirografários (nota explicativa nº 13)

Valorização dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

24.2. Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

Risco de juros ou de variação cambial

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras com saldos relevantes e a grande parte de seus passivos financeiros atualmente não estão atrelados às flutuações dos juros de mercado, uma vez que foram incluídos no plano de recuperação judicial, conforme divulgados nas notas explicativas nº 11 e nº 12.

A Administração da Companhia entende que ela não está sujeita a riscos relevantes relacionados à taxa de juros ou variação cambial, razão pela qual não divulga a análise de sensibilidade relacionada a tais fatores.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, considerando a empresa controladora e suas controladas.

25. Seguros (Não auditado)

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes

Notas Explicativas

DIRETORIA

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob
Diretor Presidente

Massaru Kashiwagi
Diretor de Relações com Investidores

Carlos Alberto do Nascimento
TC-CRC 1SP 109.189/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Wilson Simeira Jacob
Presidente

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob
Conselheiro

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram desde então em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial da Kosmos Comércio de Vestuário S.A. (acordo), o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, as demonstrações contábeis não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que ainda não foram cumpridos todos os compromissos assumidos no acordo. A nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza tributária. Há provisões constituídas no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, estimadas com base em opiniões dos advogados patrocinadores das respectivas causas, para as perdas consideradas prováveis, nos montantes de R\$ 200.003 mil (Controladora) e R\$ 1.129.620 mil (consolidado). Há incertezas significativas em relação a essas estimativas. Em nossos procedimentos de auditoria, recebemos respostas às cartas de circularização enviadas aos advogados patrocinadores das causas em aberto, as quais informam os valores envolvidos e respectivas estimativas de probabilidade de perda, as quais estão em consonância com as provisões contabilizadas e divulgações efetuadas.

Provisão para perdas em controladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia possui controladas com saldos significativos de passivo a descoberto. Foram constituídas provisões, na controladora, para fazer face aos saldos de passivo a descoberto em suas investidas. Realizamos os procedimentos de auditoria que julgamos necessários e suficientes para nos certificar que as demonstrações contábeis das investidas estão adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Plano de recuperação judicial

Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial, conforme aprovação em Assembleia de Credores em 16 de dezembro de 2011 e homologação na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Contudo, tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido por um dos credores da Companhia. A Companhia está em processo de cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 13 e, com base nos termos acordados, ela deixou de reconhecer contabilmente a atualização monetária e os juros anteriormente incidentes sobre os passivos quirografários. Quando houver a finalização do cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial, bem como do recurso especial movido pelo Ministério Público, a Companhia processará os ajustes contábeis cabíveis em seus passivos quirografários. Nós estamos acompanhando a evolução do processo judicial em andamento, mediante recebimento por escrito de posição do advogado da Companhia, bem como os pagamentos realizados relativos ao cumprimento dos termos do plano de recuperação judicial.

Saldos com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia, sua controladora e suas controladas possuem saldos relevantes a receber e a pagar entre si. Foram constituídas provisões para perdas quando houve o entendimento por parte da Administração de que a realização dos créditos passou a ser improvável. Verificamos que as divulgações efetuadas nas notas explicativas estão condizentes com as diretrizes estabelecidas no pronunciamento CPC 05 (R1).

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2020.

Luiz Carlos Soares da Silva

Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-037.537/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.019.

São Paulo, 06 de março de 2.020.

Massaru Kashiwagi

Diretor de Relações com Investidores

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob

Diretor Presidente

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da Instrução CVN nº 480 de 07 de dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.019.

São Paulo, 06 de março de 2.020

Massaru Kashiwagi

Diretor de Relações com Investidores

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob

Diretor Presidente